

resenha bibliográfica/book review

Angelo Alves Carrara

Professor Adjunto da Universidade Federal de Juiz de Fora

Redes sociais e instituições comerciais no império espanhol: uma resenha coletiva da produção historiográfica mexicana recente

Resenha coletiva de

- 1) VALLE PAVÓN, Guillermina del. *Mercaderes, comercio y consulados de Nueva España en el siglo XVIII*. México: Instituto Mora, 2003, 355 p.
- 2) HAUSBERGER, Bernd & IBARRA, Antonio. *Comercio y poder en América colonial; los consulados comerciantes, siglos XVII-XIX*. Madrid-Frankfurt-México: Iberoamericana-Vervuert-Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora, 2003, 238 p.
- 3) IBARRA, Antonio y PAVÓN, Guillermina del Valle (coords.). *Redes sociales e instituciones comerciales en el imperio español, siglos XVII a XIX*. México: Instituto Mora, 2007, 342 p.

Em meados do ano de 2003, o então secretário geral da Associação Mexicana de História Econômica, Antonio Ibarra, assinalou que a historiografia econômica mexicana havia chegado a um momento de maturidade notável, manifestada tanto na sua diversidade temática como metodológica. Em suas palavras, “a pesquisa havia se beneficiado da incorporação da análise econômica explícita, do manejo de séries quantitativas, rigorosamente construídas com fontes primárias, e do diálogo com outras tradições historiográficas”. Quatro anos depois, já como presidente da referida Associação, Ibarra destacava “uma consistente mostra do bom momento em que vive nossa disciplina, depois de mais

de duas décadas de silencioso avanço na pesquisa aplicada”¹. É exatamente deste avanço silencioso da historiografia econômica mexicana, realizado ao longo de duas décadas, que trato aqui, mas, além deste objetivo, destaco outro, que compartilho com Ibarra: a importância de uma nova História Econômica a ser desenvolvida sob uma perspectiva comparada. E, nesse particular, México e Brasil têm muito que se dizer um ao outro. Para cumprir este propósito, escolhi três obras recentes sobre temas que têm atraído de maneira crescente a atenção dos historiadores econômicos brasileiros nos últimos anos: as redes sociais e o mundo do comércio no período colonial.

Mercaderes, comercio y consulados de Nueva España en el siglo XVIII é fruto do seminário homônimo, levado a efeito pelo Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora, do México, instituição que é igualmente a editora dos três livros. O propósito do seminário consistiu em realizar um conjunto de investigações que mostrassem a situação dos negociantes da cidade do México, de Veracruz y Guadalajara, diante das reformas introduzidas pela dinastia borbônica, bem como as respostas a elas dadas pelas corporações nas quais se agrupavam. O seminário foi ampliado, de maneira que foram incorporados estudos novos sobre a integração mercantil de certos espaços regionais, a introdução de reformas, que buscavam transformar os mecanismos de circulação da prata, e o abastecimento de víveres às conquistas espanholas no Caribe. Aqui, uma palavra para o leitor menos familiarizado com certas instituições do mundo hispano-americano. Em toda a América espanhola, desde o século XVI, os comerciantes se organizavam numa corporação de ofício com faculdades delegadas pelo rei, em matéria comercial. A rigor, funcionava como um tribunal especial, já que podia dirimir pleitos e demandas, apresentadas por comerciantes, e se financiava mediante a cobrança do imposto de avaria. A existência de uma abundante documentação produzida por esta instituição é um elemento favorável indelével do êxito obtido pela historiografia econômica hispano-americana, de modo geral, e mexicana, de modo particular, no tema das redes de interesses estabelecidas entre os homens de

¹ IBARRA, Antonio. “Carta del secretario general”. *Boletín Asociación Mexicana de Historia Económica*, jul. 2003: 7-8; Idem. “Carta del presidente”. *Boletín Asociación Mexicana de Historia Económica*, dez. 2007: 3-4.

negócio que atuavam na América espanhola. À primeira vista, parecerá tema estrangeiro, e de pouco aproveitamento para nós. No entanto, o não disporem de uma instituição semelhante no mundo português não elimina a capacidade de os comerciantes se organizarem de outras formas, nem mesmo de construírem uma identidade comum, e isto desde os primórdios da colonização. É a partir de um sentimento de pertença a uma identidade de grupo, com interesses comuns bem definidos, que os homens de negócio – expressão textual, aliás – da cidade de Lisboa encaminharam uma representação a Sua Majestade, pedindo a revogação do alvará de 1612, que determinava que os senhores de engenhos não fossem executados em suas dívidas mais que até a metade de suas safras, e os lavradores, até o terço, o que os prejudicava consideravelmente².

Como destaca a própria autora, os capítulos deste livro abordam quatro aspectos. O primeiro gira em torno dos investimentos e da situação dos comerciantes da cidade do México com a chegada da dinastia borbônica. Em “Comerciantes en tierra adentro, 1690-1720”, María Teresa Huerta mostra a intervenção dos comerciantes do Consulado do México na região de Zacatecas, principalmente como expressão da penetração e do predomínio do capital comercial na vida econômica de uma vasta região, e destaca como, mediante o crédito e as operações mercantis, exerceram o controle monopólico da prata ali extraída. Em “La nueva alianza: el Consulado de México y la monarquía borbónica durante la guerra de sucesión”, Iván Escamilla González apresenta um interessantíssimo estudo das relações entre o grupo mercantil e a Coroa. Escamilla explica como as arcas do Consulado se fecharam ao rei durante décadas, em protesto contra decisões como a proibição formal de intercâmbio com o Peru, na década de 1630, posição, aliás, já demonstrada pela professora Valle Pavón em outro lugar³. Isto, sem dúvida, é

² AHU/BA/REQUERIMENTOS (2) dos homens de negócio da cidade de Lisboa, pedindo para ser revogada a provisão de 1612, que determinava que os lavradores e os proprietários de engenhos no Brasil não pudessem ser executados, os primeiros por mais de metade de suas novidades, e os segundos, por dois terços; anexo um parecer; Lisboa, 28 de novembro de 1613 [cx. 1, doc. 52]; AHU/BAHIA/Códice 1192, fols. 37v./39v.: consulta de 31 de janeiro de 1615. A provisão de 1612 foi revogada em 14 de abril de 1615.

³ VALLE PAVÓN, Guillermina del. “El consulado de comerciantes de la ciudad de México y las finanzas novohispanas, 1592-1827”. México: Centro de Estudios Históricos/El Colegio de México, 1997 (tese de doutoramento).

uma marca da identidade e da representatividade corporativas fortes, acima das facções de interesses naturalmente existentes nas entranhas da classe comerciante. O texto de Escamilla trata de unidade e coesão corporativas. Não se trata, como poderá parecer à primeira vista, de uma negociação entre uma elite colonial e a metrópole. Antes, os fatos descritos por Escamilla demonstram que, em cima do mundo colonial, se encontrava um reduzido grupo de indivíduos da classe comerciante, representados corporativamente no Consulado da Cidade do México, cuja atividade como intermediários do comércio de três continentes e como *refaccionadores* da produção mineral financiava o império e os havia posto em uma privilegiada situação como interlocutores políticos do poder real. A monarquia distante e em sérias dificuldades desempenhava nesse momento o papel de legitimadora da ordem hierárquica estamental, que garantia a preeminência dos comerciantes na colônia.

O segundo aspecto do livro gira em torno da implantação de certas reformas relacionadas com a defesa do Caribe e a busca de maior produtividade do setor minerador, assim como dos capítulos assinados por Johanna von Grafenstein Gareis – “La provisión de armadas y presidios de las islas de barlovento: intereses novohispanos vs. Habaneros (1760-1780)”, e por Clara Elena Suárez Argüello – “Los bancos de rescate de platas: ¿una opción alternativa para el financiamiento de la minería? El caso de Zacatecas: 1791-1810”. Este último tem notável interesse para quantos se dedicam à análise do papel da circulação monetária no controle das atividades mercantis. A autora compara a produção total de prata de Zacatecas com a proporção do intercâmbio de barras de prata por moeda realizada ali mesmo, e avalia se este fluxo monetário favoreceu tanto à economia da região como à exploração da prata. Conclui que houve melhora substantiva na economia da região, porque existiu a possibilidade de contar com dinheiro líquido, o que permitia a ativação da economia regional.

O terceiro aspecto abordado neste livro é o impacto que produziram as reformas comerciais sobre o capital mercantil, em diferentes espaços da Nova Espanha. Também a comparação com o quadro brasileiro produziria, sem dúvida, resultados muitíssimo interessantes. Em “Consideraciones sobre los mercaderes de las ferias y su establecimiento en la villa de Xalapa”, Carmen Blázquez Domínguez estuda os negociantes espanhóis vinculados às feiras do comércio exterior que fizeram de

Xalapa sua residência permanente na segunda metade do século XVIII. Atacadistas com grande experiência nos intercâmbios ultramarinos atuaram como elementos de coesão de *hacendados*, estancieiros e proprietários de vendas e tropas novo-hispânicos para integrar a oligarquia de Xalapa dos fins do período colonial. A autora descreve a estrutura do comércio ultramarino, baseada em fortes redes e estratégias familiares e de compadrio, numa conjuntura marcada pela desapareção do sistema de frotas e feiras mercantis e pela prática do livre comércio. “Comerciantes, mineros y hacendados: la integración de los mercaderes del Consulado de la Ciudad de México en la propiedad minera y azucarera de Cuernavaca y Cuautla de Amilpas (1750–1821)” é o texto em que Ernest Sánchez Santiró destila muita pesquisa empírica e sem dúvida se reveste do mesmo rigor que caracteriza outros de sua lavra, infelizmente ainda pouco conhecidos entre nós⁴. Pontua com precisão a conjuntura econômica no período que estuda, empreende uma análise dos termos *mercader* e “comerciante” e sua relação com a identidade de grupo, e lembra: “numa sociedade de antigo regime colonial como a *novo-hispana*, em que a representação política unicamente se podia exercer por meio da corporação”, ainda que tivessem uma grande diversidade de interesses econômicos, sua condição de mercadores se relacionava a “uma específica combinação de agrupação gremial, exercício de arbitragem e representação política, que os fortalecia e lhes oferecia uma plataforma privilegiada a partir da qual podiam promover suas atividades econômicas.”

Outro capítulo se dedica a estudar o abastecimento de carne na Cidade do México, intitulado “Del estanco a la libertad: el sistema de la venta de carne en la ciudad de México (1700–1812)”, assinado por Enriqueta Quiroz, renomada pesquisadora do tema do abastecimento⁵. Em particular para os historiadores interessados em sistematizar a abundante informação contida na documentação fiscal a este respeito, existente na Casa dos Contos de Ouro Preto, este texto constitui uma in-

⁴ Refiro-me, em especial, à sua tese de doutorado: *Azúcar y poder. estructura socioeconómica de las alcaldías mayores de Cuernavaca y Cuautla de Amilpas, 1730–1821*. México: Ed. Praxis/Universidad Autónoma del Estado de Morelos, 2001.

⁵ QUIROZ, Enriqueta. “La carne entre el lujo y la subsistencia. Mercado, abastecimiento y precios en ciudad de México, 1750–1812”. México: El Colegio de México, 2000 (tese de doutoramento).

dispensável interlocução. Sobre um espaço econômico relativamente menos conhecido, mas não menos interessante do ponto de vista de suas estruturas, volta-se o texto “El comercio de algodón en las cordilleras y costas de la Mar del Sur de Nueva España en la segunda mitad del siglo XVIII”, por Jesús Hernández Jaimes. O autor demonstra como a produção algodoeira atuou como polo de arranque regional de outras atividades, e descreve os mecanismos mediante os quais as cordilheiras e as costas do Mar do Sul, na Nova Espanha, se articularam entre si e se integraram ao mercado novo-hispânico. O motor deste processo foi o crescimento da produção mineral de meados do século XVIII e o crescimento demográfico, que permitiram a expansão da demanda de têxteis de algodão.

Por fim, são analisadas as vicissitudes que se apresentaram na vida política dos diversos consulados e os transtornos gerados pelo reformismo borbônico e pelas guerras finiseculares. Em “Apertura comercial del imperio y reconstitución de facciones en el Consulado de México: el conflicto electoral de 1787”, Guillermina del Valle Pavón, procede a um detalhado estudo sobre o Consulado do México, instituição que permitiu aos mercadores do México negociar com as autoridades reais e locais a organização da atividade comercial do vice-reino. Analisa a luta pelos cargos de representação com que se deparou a corporação mercantil em 1787, momento de profundas mudanças no ambiente de abertura comercial das colônias americanas. Sobre este mesmo aspecto do livro, há as contribuições de Matilde Souto Mantecón – “Las prácticas políticas en el antiguo régimen: las elecciones en el Consulado de Veracruz” – e de Antonio Ibarra – “El Consulado de Comercio de Guadalajara, entre la modernidad institucional y la obediencia a la tradición, 1795-1818”.

Como o leitor poderá facilmente perceber, a amplitude das contribuições presentes neste livro permite observar como os comerciantes do México, durante o Antigo Regime colonial, que atuavam nos negócios de grosso trato, tanto de gêneros ultramarinos como de bens domésticos, nos diferentes mercados novo-hispânicos, arrendavam direitos da monarquia e, no último terço do século XVIII, começaram a investir na produção mineira, agropecuária e industrial. A pluralidade de negócios desenvolvidos pelos comerciantes em questão lhes possibilitava exercer o controle sobre o circulante (amoedado ou em pasta), fenô-

meno que, por sua vez, lhes permitiu articular e dominar as diversas esferas da economia vice-reinal. Obviamente, os atores que são objeto destes estudos constituem uma minoria de comerciantes, cuja agrupação em torno do Consulado lhes proporcionava uma série de privilégios, entre os quais se destacam a representação política de seus interesses e a disposição de um órgão judicial no qual dirimiam as disputas em que se viam envolvidos.

Como a obra anterior, *Comercio y poder en America colonial*, trata-se de uma coletânea de trabalhos apresentados numa reunião científica – o simpósio “Consulados y comercio en el mundo hispanoamericano, siglos XVII-XIX”, durante as XVII Jornadas de Historia Económica, convocadas pela Associação Argentina de História Econômica e a Universidade Nacional de Tucumán, em setembro de 2000. Um elemento importante a ser destacado é que os autores contaram, naquela ocasião, com os comentários da professora Eulália Maria Lahmeyer Lôbo, e dos professores Carlos Marichal e Zacarías Moutoukias. Como enfatizam os organizadores da coletânea, foi o interesse recente pelas instituições coloniais hispano-americanas que vem produzindo um novo ciclo de renovação historiográfica, a partir da revalorização do “papel das corporações mercantis como agentes institucionais da política imperial da América”. Aqui também o Consulado é o eixo articulador das distintas contribuições, que avançam no tratamento de temas fundamentais relacionados aos negociantes e às corporações nas quais se agrupavam durante o Setecentos – século de reformas, de fato, com suas conseqüentes tensões e reorientação do capital comercial. Os onze ensaios que formam a coletânea abordam a situação dos comerciantes da Nova Espanha, a partir dos anos imediatamente anteriores à mudança da dinastia e da aplicação das reformas sobre a atividade mercantil dos principais centros econômicos do Vice-Reino. Em conjunto, o leitor será levado a considerar como estas mudanças se refletiram na reconstituição dos grupos de poder no interior do Consulado do México, e a forma em que os novos consulados de Veracruz e Guadalajara transitaram entre a tradição e a modernidade.

O texto de Héctor Noejovich – “La institucion consular y el derecho comercial: conceptos, evolución y pervivencias” – busca recapitular elementos jurídico-institucionais sobre o consulado no mundo ibero-americano, a partir da perspectiva de que “as instituições têm sido sempre

formas de plasmar conflitos de interesses” e, nesse sentido, “como fator de poder e dominação, os tribunais ibero-americanos do consulado foram (...) uma instituição tão importante como as audiências ou os conselhos reais”. As características do comércio e sua organização, as etapas de formação dessa instituição e a discussão que, para o autor, é de fato central: os termos e os conceitos de consulado. Já Guillermina del Valle Pavón, em “Gestión del derecho de alcabalas y conflictos por la representación corporativa: la transformación de la normatividad electoral del consulado de México en el siglo XVII”, analisa o procedimento eleitoral e as negociações pelos cargos do consulado, os problemas que esta instituição enfrentou, tanto para arrecadar como para assegurar as rendas das *alcabalas* (o imposto sobre a circulação de mercadorias). Com o mesmo foco na análise dos procedimentos para assumir os cargos de representação do consulado e das mudanças que estes apresentaram no terceiro quartel do século XVIII é o texto de Bernd Hausberger, “Las elecciones de prior, cónsules y diputados en el consulado de México en la primera mitad del siglo XVIII”, em que o autor pretende reconstruir o processo eleitoral e propor algumas hipóteses sobre como se formaram as redes de interesse dentro da instituição e que papel desempenhou neste processo o fator étnico. Clara Elena Suárez Argüello – “El parecer de la élite de comerciantes del consulado de la ciudad de México ante la operación del libre comercio” – mostra de que maneira, com o paulatino estabelecimento do livre comércio nos territórios da Coroa espanhola, se geraram os grupos afetados pelas mudanças e as modificações que se puseram em prática. Trata-se de um texto voltado para o estudo dos problemas e dos conflitos surgidos durante a transição entre a etapa das frotas e o sistema do livre comércio. Antonio García de León, em “Sobre los orígenes comerciales del consulado de Veracruz: comercio libre y mercado interno a finales del siglo XVIII”, nos oferece uma rápida participação no tema. Mas sua contribuição será objeto de muita atenção mais adiante. O capítulo assinado por Antonio Ibarra – “Mercado, elite e institución: el consulado de comercio de Guadalajara y el control corporativo de las importaciones en el mercado interno novohispano” – sem dúvida, merece alguma atenção. O objeto que estuda é o do papel da representação corporativa e da gestão institucional de uma dada elite comercial – os negociantes da cidade de Guadalajara – no enfrentamento da oposição feita pelo consulado de comércio da Cidade do México. Além

disto, Ibarra destaca que, ainda que controlada por uma elite, o consulado operou como um agente institucional dos interesses coletivos dos comerciantes, estabelecendo normas regulamentares de negociação, representação, cumprimento e desenvolvimento do mercado, os quais significaram uma diminuição dos “custos privados de transação”, assim como normatividade e certeza nos contratos e negociações. Isto teria provocado um efeito positivo nos ganhos privados e resultado em uma estrutura de “custos de negociação institucionais”, ou seja, a representação no Consulado teria transformado os custos de negociação privados em institucionais, o que faria corresponder a esta instituição, ainda que de Antigo Regime, funções decisivas para o desenvolvimento do mercado moderno. Se o texto de Dominique Gonçalves – “Los doce primeros años de la junta económica de gobierno del Real Consulado de la Habana” pode ter interesse mais restrito, o capítulo assinado por Cristina Mazzeo – “El consulado de Lima y la política comercial española frente a las coyunturas de cambio de fines del período colonial (1806-1821)” constitui um ponto de partida importantíssimo para quantos se interessem pela atuação da elite mercantil num momento de profundas mudanças políticas. A autora, que já há algum tempo vem-se dedicando ao estudo da atuação dos poderosos grupos de negociantes de grosso trato que atuavam no Peru, analisa o processo de desarticulação e dissolução da força do consulado com o triunfo do livre comércio⁶.

O último livro objeto desta resenha coletiva, *Redes sociales e instituciones comerciales en el imperio español*, organizado por Guillermina del Valle e Antonio Ibarra, parte da perspectiva das “redes sociais como explicação do passado. Os organizadores assinalam que se trata “de uma série de ensaios que analisam diversos atores e processos do Antigo Regime na Ibero-América, a partir da perspectiva das redes sociais”. De fato, os estudos reunidos proporcionam uma visão da dinâmica econômica do império espanhol nos séculos XVII e XVIII, que orbitava, fundamentalmente, em torno da produção dos metais preciosos americanos. O foco, aqui, no entanto, é os vínculos familiares, de compadrio

⁶ Cf., em especial: MAZZEO DE VIVÓ, Cristina Ana. *El comercio libre en el Perú: Las estrategias de un comerciante criollo, José Antonio de Lavalle y Cortés, 1777-1815*. Lima: Pontificia Universidad Católica de Perú, 1994; Idem, *Los comerciantes limeños a fines del siglo XVIII; capacidad y cohesión de una élite, 1750-1825*. Lima: Pontificia Universidad Católica de Perú, 2000.

e de clientela, tomados como fios condutores dos capítulos. Em síntese, o livro enfatiza os sistemas de relações pessoais como elemento chave no fortalecimento e na consolidação de negócios familiares e de instituições mercantis, além, evidentemente, de favorecer a integração do império. É de fato notável a coesão dos capítulos em torno deste objeto.

O texto de Renate Pieper e Philipp Lesiak – “Redes mercantiles entre el Atlántico y el Mediterráneo” se dedica a explicar como o problema do abastecimento de mercúrio, demandado pelas áreas produtoras de prata, aprofundam os vínculos e as negociações estabelecidas entre os mercadores do centro e do norte da Europa, com a burocracia régia e os comerciantes de Sevilha. Igualmente, uma dimensão atlântica está presente nas contribuições de Antonio García de León – “La malla inconclusa. Veracruz y los circuitos comerciales lusitanos en la primera mitad del siglo XVII” e de María Teresa Huerta – “Redes mercantiles en torno a la plata en el norte minero novohispano; segunda mitad del siglo XVII”. Ambos destacam a importância que tiveram os sistemas relacionais dos mercadores da cidade do México, em razão do controle que exerceram sobre o crédito, ao concentrar o circulante que se produzia em Nova Espanha e, por conseguinte, sobre os mercados do Vice-Reino, das Antilhas, do Pacífico e do Atlântico. O texto de García de León compendia seu alentado estudo sobre as redes de negócios estabelecidas pelos cristãos-novos e judeus portugueses, residentes na Nova Espanha⁷. O autor demonstra, tanto no caso dos cristãos-novos, como no dos negociantes de prata, a importância financeira e mercantil que teve a oligarquia da Cidade do México. A prata era o nexos fino e firme da rede que explica os vínculos entre grupos, regiões e estruturas corporativas. Como mostra o autor, os lusitanos sefarditas fortaleceram sua posição em Sevilha durante a União Ibérica, em especial nos fins do século XVI. Os cristãos-novos formavam uma densa malha, que sustentava o tráfico Atlântico, cujo núcleo se encontrava em Lisboa. Foram eles que consolidaram sua posição no império, com a quebra do Erário de 1627, quando substituíram os genoveses como financiadores de Felipe V. A concessão feita aos portugueses do contrato de comércio de

⁷ GARCÍA DE LEÓN, Antonio. *Contra viento y marea; los piratas en el golfo de México*. México: Plaza y Ginés, 2004. Esta obra buscar estudar as “redes de cumplicidade” que tornavam os corsários elementos do Império.

africanos possibilitou que, em Veracruz, se desenvolvesse um ativo comércio de escravos, gêneros europeus, sedas chinesas, cacau e outras mercadorias. O autor mostra ainda que o núcleo da rede comercial portuguesa era os mercadores da Cidade do México, entre os quais se destacava o patriarca religioso da comunidade. Os lusitanos redistribuíam, a partir do México, escravos, têxteis e outros bens, que lhes davam acesso à prata, com a qual comerciavam nas Antilhas, na Europa, na África e no Pacífico. Maria Teresa Huerta estuda o período seguinte e apresenta os comerciantes de prata como os cabeças de uma geração que iniciou sua carreira na década de 1650, pouco depois da expulsão dos cristãos-novos portugueses. Expõe como a disposição do mercúrio, nos últimos anos do decênio 1670, conduziu os mercadores a investir grandes cabedais para reativar as minas nortenhas, cujo auge, em fins do século XVIII, lhes trouxe grandes benefícios.

Guillermina del Valle estuda, em “Relaciones de negocios, familiares y de paisanaje de Manuel Rodríguez de Pedroso, conde de San Bartolomé de Xala, 1720-1770”, os negócios e a fortuna de um negociante que resultaram, em grande medida, de suas estratégias relacionais no âmbito familiar e de compadrio. Este negociante prosperou a partir de seu matrimônio com a filha de um comerciante destacado, originário, como ele, da província de la Rioja. Este tema do papel das redes de caráter familiar e étnico é o eixo das contribuições de Clara Elena Suárez Argüelo – “La casa de conductas de Pedro de Vértiz o el giro de comercio en Nueva España: la confianza y la pronta circulación de la plata (1760-1810)”, e de María Concepción Gavira Márquez – “El comercio de los montañeses con América. La Casa Gutiérrez a fines del siglo XVIII”.

O texto de Luis Alonso Álvarez – “El impacto de las reformas borbónicas en las redes comerciales. Una visión desde el Pacífico hispano, 1762-1815” – traz a visão “asiática” do império. O autor mostra que a conformação de redes comerciais em torno do galeão de Acapulco constituía uma malha de interesses que implicava três redes: a rede do galeão, conformada pelos carregadores e seu lado financeiro; a rede interior, constituída nas Filipinas pelos *alcaldes mayores* e governadores, que controlavam o comércio forçado que se realizava com os camponeses do interior; e, finalmente, a rede continental, radicada no tráfico de produtos chineses e hindus, principalmente em mãos dos chineses

de Manila, associados aos do continente, que controlavam a produção artesanal de efeitos exportáveis. O nó institucional político e funcional destas três redes se tecia na pessoa do governador geral, que repartia cargos e favores entre “amigos, chegados e parentes”, e tecia alianças de interesse entre as três redes. Também no contexto do império, o texto de Álvaro Alcántara López – “Redes sociales, prácticas de poder y recomposición familiar en la provincia de Acayucan, 1764-1802” – analisa os mecanismos de poder e as alianças estratégicas que permitiram a uma família de pecuaristas governar a província de Acayucan, no trânsito do Antigo Regime colonial ao México independente.

Por fim, os textos que refletem sobre as transformações da política borbônica, que buscava renovar o equilíbrio dos grupos de poder mediante a criação de corporações com organização e funções novas. Assim, a contribuição de Javier Kraselsky – “Las Juntas de Comercio en el Río de la Plata. Los comerciantes y sus estrategias de acción colectiva”, de Antonio Ibarra – “Redes de circulación y redes de negociantes en el mercado interno novohispano: los mercaderes del Consulado de Guadalajara, 1791-1803”; e de Óscar Cruz Barney – “Las diputaciones foráneas del Consulado de México: 1807-1816”.

A aproximação de interesses e a intenção de compartilhar uma ótica de análise resulta, talvez, na melhor contribuição deste esforço coletivo. Esperemos que a recepção destas obras entre nós frutifique um diálogo absolutamente indispensável.